

# Mariátegui e os “populares”

**Sydnei Melo**

Doutorando em Ciência Política na  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

### **Mariátegui e os “populares”**

**Resumo:** José Carlos Mariátegui viveu na Itália entre 1919-1923, onde desfrutou intensa atividade política e cultural, fortalecendo suas convicções socialistas. Entre os diversos temas que abordou nos textos em que escreveu no período, um deles foi a respeito da atuação política dos católicos, organizados em torno do *Partito Popolare Italiano*. O presente artigo apresenta esta reflexão desenvolvida pelo Amauta, ressaltando as tensões políticas existentes entre os socialistas e os *popolari*, bem como as sequelas do ascenso fascista para a organização política e partidária dos católicos na península itálica.

**Palavras-chave:** 1. José Carlos Mariátegui; 2. Religião; 3. Política.

### **Mariátegui and the “popolari”**

**Abstract:** José Carlos Mariátegui lived in Italy between 1919-1923, where he enjoyed intense political and cultural activity, strengthening his socialist convictions. Among the different topics he dealt with in the texts that he wrote in that period, one was about the political actions of the Catholics, organized around the Italian Popular Party. This article presents this reflection as developed by the Amauta, highlighting the political tensions between the socialists and the *popolari*, as well as the consequences of the Fascist rise for the political and party organization of Catholics in Italian peninsula.

**Keywords:** 1. José Carlos Mariátegui; 2. Religion; 3. Politics.

José Carlos Mariátegui (1894-1930) é certamente um dos intelectuais marxistas mais importantes que viveram na América Latina. Militante dedicado, e com uma espantosa produção jornalística, o autor dos *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana* foi o principal responsável pela organização do movimento socialista no Peru. Mariátegui dedicou-se à criação de um projeto editorial voltado à formação política e cultural da classe trabalhadora local, materializada na fundação da Editora Minerva e na publicação da revista *Amauta* (1926-1930) e do periódico *Labor* (1928-1929). O socialista também foi responsável pela fundação do Partido Socialista Peruano (outubro de 1928) e atuou na criação da *Confederación General de Trabajadores del Perú*, a CGTP (maio de 1929), fatos que representaram um importante avanço na organização da esquerda peruana, com marcas profundas no desenvolvimento das lutas políticas e sociais ocorridas ao longo do século XX naquele país (cf. ARICÓ, 1987, p. 444-445; ARUCKMANN, 2009, p. 76-77, 81).

Porém, antes de dedicar-se a estes compromissos, Mariátegui viveu na Itália entre 1919 e 1923. Com apenas 25 anos, o amauta já apresentava uma formidável produção editorial e relevante prestígio público no final da década de 1910 – especialmente junto aos movimentos operário e estudantil, protagonistas de importantes lutas políticas no Peru de então. Por meio dos periódicos *Nuestra Época* (1918) e *La Razón* (1919), o jovem Mariátegui compartilhava uma linha editorial de forte crítica política contra o governo civilista de José Pardo e, posteriormente, contra o regime político comandado

por Augusto Leguía.<sup>1</sup> O incômodo causado pela influência política e pela crítica de Mariátegui levaram o presidente Leguía a convidá-lo para trabalhar como “agente de propaganda” do governo no exterior. Mariátegui – junto do amigo e colega de jornalismo e militância política, César Falcón – foi enviado à Europa em uma condição que, na prática, se caracterizava como um exílio dissimulado.<sup>2</sup>

No velho continente, o amauta permaneceu quarenta dias em solo francês, período em que conhece os organizadores da revista *Clarté* – entre eles, Romain Rolland e Henri Barbusse – e tomou contato com o movimento proletário parisiense. Partiu em seguida para a Itália, em dezembro de 1919, passando primeiro por Gênova e, depois, Roma, onde permaneceu a maior parte do período. Na cidade de Florença, entre junho e julho de 1920, fez um curso de verão e, ali, conheceu a jovem Anna Chiappe, com quem se casaria em 1921 e teria quatro filhos, sua companhia até o fim da vida.<sup>3</sup>

Mariátegui desfrutará de uma intensa atividade política e cultural naqueles anos, e que se traduzirá em uma profícua produção jornalística publicada, à época, no jornal peruano *El Tiempo*. São 46 textos escritos e enviados ao Peru no período, com conteúdos como narrativas descritivas das cidades, crônicas de costumes, arte, cultura, política e personalidades, por meio dos quais o jornalista desenvolve sua análise a respeito dos eventos políticos vividos na Itália e na Europa. Mariátegui era leitor assíduo de diversas publicações italianas

---

<sup>1</sup> José Pardo governava o país quando, em 4 de julho de 1919, foi deposto por meio de um golpe, sendo substituído por Leguía, que havia vencido as eleições presidenciais peruanas sobre o candidato situacionista, Antero Aspíllaga, em maio do mesmo ano. A lei eleitoral peruana, porém, previa que, caso a vitória não fosse por maioria absoluta, o parlamento tinha a prerrogativa de designar o novo presidente. O golpe teria funcionado, assim, como uma espécie de ato preventivo contra um parlamento de inclinação civilista. Proclamando-se “presidente provisório” e em seguida dissolvendo o parlamento, Leguía foi confirmado meses mais tarde como “presidente constitucional” (PARIS, 1981, p. 102; KLARÉN, 2008, p. 366).

<sup>2</sup> Cita Rouillon (1975, p. 310) uma declaração de Falcón: “Um parente seu (referindo-se à pedra familiar de Leguía) foi nos ver e falou a sós com Mariátegui e comigo. Ao final, entendemos esta frase sem equívocos: ou fora do país, ou no cárcere. Podíamos escolher; porém, não escolhemos. O governo escolheu por nós”.

<sup>3</sup> Bem-humorado, Mariátegui se referia à Itália como o país onde desposou uma mulher e algumas ideias (MARIÁTEGUI, 1994, p. 1875). A respeito das relações familiares e matrimoniais de Mariátegui, sugere-se a leitura da delicada entrevista oferecida por Anna Chiappe ao jornalista peruano Cesar Levano: “La vida que me diste”. Lima, *Caretas*, n° 393, 1969, p. 26.

– tanto as “socialistas” ou de esquerda, quanto as da grande imprensa “burguesa”. Entre elas, vale destacar *L'Ordine Nuovo*,<sup>4</sup> não apenas como uma importante fonte de informação e crítica política, mas também como um elemento de grande influência no desenvolvimento da *praxis* jornalística do jovem peruano (BEIGEL, 2005, p. 38).<sup>5</sup>

Em janeiro de 1921, Mariátegui assistirá ao XVII Congresso do *Partito Socialista Italiano* (PSI), em Livorno, evento este marcado pela cisão dos setores mais radicalizados do partido, encabeçados por Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga, que darão origem ao *Partito Comunista d'Italia* (PCd'I), pontuando naquele momento o ápice das tensões internas protagonizadas entre “maximalistas” e “reformistas” no interior do PSI.<sup>6</sup> Em março de 1922, o amauta retornou à cidade de Gênova para acompanhar a Conferência Econômica Internacional convocada pela Liga das Nações (10 de abril a 19 de maio). No local, reuniu-se com seus colegas peruanos César Falcón, Palmiro Machiavello e Carlos Roe para tentar articular o que seria o primeiro núcleo socialista peruano – todavia, de escassa duração. Mariátegui volta a Roma para realizar funções consulares na representação diplomática peruana na Itália, e enfrenta um breve período de dificuldades financeiras por falta de envio de verbas governamentais para seu sustento – o que acarretou um problema não apenas para o amauta, mas também para sua família, sendo casado e com um filho pequeno para cuidar. Em todo este tempo, Mariátegui conheceu cidades,

---

<sup>4</sup> No interior da conjuntura socialista italiana, foi *L'Ordine Nuovo* que encabeçou a luta pela aproximação da militância socialista à III Internacional. O semanário tinha Antonio Gramsci como um de seus principais organizadores. A respeito da “influência ordinovista” na formação política de Mariátegui, ver Beigel (2005).

<sup>5</sup> Além de *L'Ordine Nuovo*, Mariátegui também foi leitor de *Avanti*, *Il Soviet*, *Critica Sociale*, *Umanità Nuova*, *La Rivoluzione Liberale*, *Il Corriere della Sera*, *La Stampa*, *Il Resto di Carlino*, *Il Messaggero*, *La Tribuna*, *l'époque*, *Il Corriere d'Italia*, *Il Paese*, *L'Idea Nazionale* e *La Nazione*, entre outros (PERICÁS, 2010, p. 35). Mariátegui analisa os conteúdos e o papel político de importantes órgãos de imprensa locais, sejam burguesas ou revolucionárias, em seu artigo “La Prensa Italiana” (*El Tiempo*, Lima, 10 de julho de 1921 – texto concluído em Roma, junho de 1921) (CF. MARIÁTEGUI, 1991, p. 170-175).

<sup>6</sup> Mariátegui escreverá favoravelmente à ruptura promovida pelos comunistas, afirmando que ela era “inevitável e necessária” e fruto de um processo voltado para a construção da revolução através de uma preparação não apenas material, mas também espiritual – destacando a importância de alguns intelectuais e do semanário *L'Ordine Nuovo*. “El cisma del socialismo”. Concluído em Roma em março de 1921, publicado em *El Tiempo*, Lima, 12 de junho de 1921 (MARIÁTEGUI, 1991, p. 127-129).

artistas, escritores e militantes. Dizia buscar ver uma Itália “sem literatura”,<sup>7</sup> sem romantismos, sem um olhar turístico. Queria vê-la de modo objetivo, tentando compreender as singularidades de seu povo, sua história e seu processo político. Sob estas condições, o jornalista consolidaria suas posições socialistas, amadureceria seu olhar político e aprofundaria seu conhecimento teórico.

Entre junho e julho de 1922, Mariátegui partiu em viagem pela Europa, com a expectativa de retornar ao Peru. Visitou mais uma vez Paris, onde reviu Barbusse, viajando em seguida para a Alemanha, primeiramente para Munique e depois Berlim. Após seis meses de intensa vivência local, reencontrando amigos e intelectuais peruanos e estudando alemão, faz nova viagem, desta vez através do rio Danúbio, junto ao seu amigo César Falcón, passando pelas cidades de Viena, na Áustria, e Budapeste, na Hungria. Também visita Praga, na então Tchecoslováquia. Mariátegui não pôde visitar a Rússia por razões familiares, mas certamente desejava conhecer aquele país diante da experiência revolucionária ali ocorrida. Durante o périplo no velho continente, pôde continuar o estudo de movimentos revolucionários que brotavam no continente no período pós-guerra. Reuniu-se mais uma vez com Falcón no início de 1923 para discutir as possibilidades da organização socialista no Peru. Em fevereiro, embarcou no navio alemão *Negada*, partindo da Antuérpia, Bélgica, com sua esposa e seu filho, Sandro, em regresso ao seu país de origem.<sup>8</sup>

### Os católicos na política italiana

A Itália em que Mariátegui desembarcou em 1919 vivia os resultados do turbulento cenário político que se desenvolveu na península entre o *Risorgimento* (1815-1870) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com a afirmação das ideias políticas liberais e, posteriormente, com o ascenso das tendências socialistas e fascistas na região, a história deste período também testemunhou o processo de declínio e reorganização política do catolicismo no

---

<sup>7</sup> “El paisaje italiano”. *Mundial*, Lima, 19 de junho de 1925 (MARIÁTEGUI, 1987, p. 77)

<sup>8</sup> Ver. Mariátegui (1989, pp. 89-90; 2005, pp. 137-138) e Pericás (2005, p. 19-20; 2010, p. 33-34).

país. Várias foram as medidas levadas a cabo pela Igreja Católica<sup>9</sup> para enfrentar os diversos governos liberais que despontavam nesta época – e suas consequentes medidas secularizantes. Para conter a perda de sua influência política, a Igreja adotou medidas como a excomunhão de governantes, o auxílio militar de outros países como França e Áustria e, especialmente, a promulgação do *non expedit* (1874), proibindo a participação dos católicos na vida política do Estado unitário. Por outro lado, a Igreja temia o crescimento das correntes revolucionárias entre os operários do país. Apesar de sua condenação ao capitalismo e ao liberalismo, o Vaticano recusava o “conflito de classe” e enxergava nas ideias anarquistas e socialistas uma influência negativa sobre a fé dos trabalhadores urbanos e rurais.

Como resposta ao ascenso das organizações socialistas, surgiram na virada do século XIX-XX sindicatos, ligas camponesas, cooperativas e outras organizações sociais católicas – sendo as primeiras organizações marcadas por trabalhos caritativos e filantrópicos, voltados à educação e alfabetização de jovens trabalhadores. A Igreja italiana se valia especialmente de dois mecanismos: suas estruturas paroquiais, através das quais se constituíam pontos de referência para grupos de artesãos, confrarias e outras associações pias, e que tornaram-se espaços chaves de organização em várias áreas da Itália com crescimento de iniciativas sociais católicas; e a organização da *Opera dei Congressi* (1874-1904), que patrocinou associações de trabalhadores, sociedades de ajuda mútua, jornais e bancos, e “controlou” as atividades destes diversos setores sociais (POLLARD, 2008, p. 59-60; PERICÁS, 2010, p. 19).

Na medida em que compreendiam o novo momento político italiano, os católicos passaram a adotar medidas que permitissem a eles se reorganizarem e reinserirem-se naquela conjuntura. O *non expedit* foi gradativamente suavizado, permitindo aos católicos maior diálogo com setores desvencilhados

---

<sup>9</sup> Ao longo do século XIX a Igreja Católica oficialmente se oporia à unificação italiana e às novas diretrizes políticas levadas a cabo pelos governos liberais: liberdade de crença, secularização da educação e do matrimônio (com o estabelecimento do casamento e do divórcio civil), supervisão estatal do clero e limitação do controle papal sobre a igreja italiana, limitação dos privilégios legais do clero, confisco de propriedades da Igreja e a dissolução de determinadas ordens religiosas – especialmente de caráter contemplativo ou mendicante. Havia uma reforma eclesiástica no coração da “revolução liberal” em curso (POLLARD, 2008, p. 17), que tomaria lugar na Itália na etapa final do *Risorgimento*.

politicamente de tendências anticlericais – especialmente os liberais conservadores –, bem como a inserção dos católicos no cenário eleitoral e parlamentar.<sup>10</sup> Nomes importantes também passavam a se destacar nos quadros católicos. Entre eles, Dom Luigi Sturzo (1871-1959), que exerceria um valioso papel no impulso das reivindicações por reformas econômicas, sociais e políticas, e pela formação do sindicalismo católico (ou *bianco*).<sup>11</sup> Traniello, neste sentido, ressalta a percepção de Sturzo de que a aceitação popular das ideias socialistas constrangia a cultura social católica a se reposicionar, distinguindo a ideologia coletivista do socialismo do “movimento social do proletariado”, propondo os contornos de uma teoria das classes que procurava se diferenciar do socialismo a partir do papel que assumia o componente profissional (TRANIELLO, 2007, p. 215-216).

A crescente influência dos católicos na política do país, demonstrando a adequação da instituição – antes, contrária à unidade italiana – aos mecanismos políticos vigentes, e o avanço da organização católica sobre setores como trabalhadores e camponeses, forjando a elaboração de um sindicalismo católico, ilustra o desenvolvimento de uma cultura política própria e adequada para a constituição da atividade partidária dos católicos. Resulta disto a criação do *Partito Popolare Italiano* (PPI), dos “populares”, sob a liderança de Luigi Sturzo.

---

<sup>10</sup> O crescimento do número de deputados católicos foi constante nas eleições de 1905 e 1909, chegando ao número de 29 católicos eleitos nas eleições de 1913 – pleito que se seguiu à implementação do sufrágio universal masculino. As mudanças ainda não apontavam, porém, para a emergência de um partido político católico. O Vaticano procurou sempre controlar a atividade política católica, embora a heterogeneidade no interior do grupo parlamentar católico – que incluía moderados e de orientação cristã-democrática – resultasse em raros momentos em que o grupo votava em bloco. Em 1913 também foi firmado o Pacto Gentiloni, que assegurou o apoio dos católicos a candidatos liberais com adesão a alguns pontos programáticos (como liberdade de ensino, oposição ao divórcio, etc) e também de liberais a alguns candidatos católicos. Estes pontos retratam a aproximação em curso entre a governança liberal e o Vaticano – uma aproximação, diga-se, bastante pragmática e sem um caráter oficial – com vistas à sustentação do poder liberal na Itália (DUGGAN, 1996, p. 264).

<sup>11</sup> Apesar de minoritárias perante as organizações socialistas, os sindicatos e ligas camponesas católicas conseguiram se estabelecer firmemente no cenário político italiano. Em 1910, os sindicatos socialistas abrigavam 650 mil filiados, enquanto que as organizações católicas arregimentavam 104 mil membros, especialmente concentrados nas regiões da Lombardia e Veneza (POLLARD, 2008, p. 64-65).



## Mariátegui e a análise dos "popolari"

A menção à organização política dos católicos apareceu já nos primeiros artigos escritos por Mariátegui em solo italiano. Ao escrever *Las fuerzas socialistas italianas*<sup>12</sup> Mariátegui teceu algumas comparações a respeito do papel político exercido pelos integrantes do *Partito Popolare Italiano* junto aos trabalhadores e aquele realizado pelos socialistas.

“O partido ‘popular tem pontos de contato com o socialismo no terreno das realizações políticas. Pertence à matiz socialista cristã. Nasceu recentemente, agitando a bandeira de audazes reformas econômicas e sociais. Porém, não pode ser considerado efetivamente como uma força socialista. Mais do que por sua mentalidade espiritualista, adversa à mentalidade materialista do marxismo, pela autoridade que sobre sua direção exerce o Vaticano. Ademais, o Partido Socialista extrema seus ataques contra esta agremiação mais do que contra nenhuma outra. Por ser a única com quem disputa o crescimento sobre as classes trabalhadoras. Por ser a que opõe, sobretudo no campo, os sindicatos brancos aos sindicatos vermelhos” (MARIÁTEGUI, 1991, p. 68)

Os *popolari* se apresentavam como consequência histórica do desenvolvimento de uma cultura política católica diante das novas diretrizes políticas do Estado unitário italiano, especialmente no período posterior à primeira guerra mundial. Sua fundação também situava-se em uma política geral da Igreja como resposta ao momento histórico de ascensão das ideias revolucionárias após os episódios de 1917 na Rússia. Preocupada em não ver dispersa sua influência sobre um segmento expressivo das massas, a Igreja buscava se colocar como força renovadora, pacifista e popular, encorajando tendências democráticas no movimento católico, sem contudo enfraquecer suas relações com as forças conservadoras. Criado em 1919, o partido foi precedido, meses antes, pela constituição da *Confederazione Italiana dei Lavoratori* (CIL), que em pouco tempo congregou os sindicatos *bianchi* e apresentou uma declaração de princípios bastante fundada no colaboracionismo de classe, como uma espécie de “via do meio” entre o capitalismo e o socialismo. A fundação do

<sup>12</sup> Concluído em Roma, abril de 1920; publicado em *El Tiempo*, Lima, 28 de julho de 1920.

PPI correspondia, naquele momento, também à necessidade de uma direção que não podia se restringir ao âmbito sindical, mas que igualmente demandava uma direção política que agisse como propulsor do movimento católico mais geral, e de modo autônomo, na luta política italiana (CANDELORO, 1982, p. 382).

Lembremos a importância de Dom Luigi Sturzo para a fundação do PPI. Sua formação eclesiástica não o apartou do interesse pelos estudos sociais e pela atividade política, demonstrando também grande capacidade administrativa e organizativa. Participando do movimento democrático cristão na década de 1900, e colaborando com textos escritos à revista *Cultura sociale*, afirmaria já em dezembro de 1905 a necessidade de constituir um partido nacional católico, essencialmente “não confessional” e “democrático”. Homem prudente e paciente, Sturzo não se envolveu em grandes polêmicas políticas e teóricas, o que lhe permitiu angariar o respeito de diversas tendências católicas nos anos posteriores, especialmente ao final da primeira guerra. Em 1915, Sturzo gozava de estima entre os católicos, bem como da confiança do próprio Vaticano. Surgia, assim, como o nome mais adequado para a tarefa de fundação e direção de um partido que, dadas as circunstâncias, devia obrigatoriamente ser apresentado ao povo como um partido não confessional, democrático e inovador. Suas ações para a formação do novo partido se delineariam em 1918 sob a defesa de uma reforma política na Itália cuja primeira medida deveria ser a adoção da representação proporcional.<sup>13</sup>

Em janeiro de 1919 era publicado o programa do futuro partido, com apontamentos que reivindicavam uma via alternativa em relação ao liberalismo e ao socialismo da época – como a defesa de “um Estado popular, que reconheça os limites de sua atividade, que respeite os núcleos e os organismos naturais – a família, as classes, os municípios – que respeite a personalidade individual e encoraje a iniciativa privada”. Afirmavam os *popolari* que tratava-se de uma proposta de criação de um ordenamento “orgânico”, única alternativa capaz de impedir a desagregação social e a agitação baseada no conflito de classe, promovendo o valor da autoridade como uma força expoente junto à soberania popular e à colaboração social (Ibid., p. 386). Entre seus

---

<sup>13</sup> *Riforma politica o revisione costituzionale?*, publicado no *Corriere d'Italia* em 11 de nov. de 1918 (*apud* CANDELORO, 1982, p. 383).

pontos programáticos fundamentais, preservavam algumas reivindicações tradicionais da Igreja (hostilidade ao divórcio e liberdade de promoção da educação pela religião – a “liberdade de ensino” – além de tomar o catolicismo como elemento fundante da vida nacional); entre as propostas mais democráticas, a defesa da representação proporcional no parlamento, e uma vaga afirmação do direito ao voto feminino; em termos sociais e econômicos, o programa restringia-se à garantia de determinados direitos sociais como o direito de organização de classe, o de segurança social por doença, velhice ou invalidez, defesa da pequena propriedade rural e, de modo mais progressista, uma ampla reforma tributária com imposto progressivo global.<sup>14</sup>

Mariátegui, como notamos, se apoiava na impressão do PPI como uma força não socialista, mas com pontos de contato com as reivindicações do PSI. Mas afirmava que o PPI não era socialista mais por razão da autoridade que o Vaticano exercia sob sua direção do que propriamente “por sua mentalidade espiritualista, adversa à mentalidade materialista do marxismo” (MARIÁTEGUI, 1991, p. 68). O apoio indireto do Vaticano ao novo partido se expressou especialmente na revogação total do *non expedit* (12 de novembro de 1919), pouco antes das próximas eleições. Era assim sancionada uma nova conformação do movimento católico caracterizada pela existência de uma organização estritamente política, composta de católicos mas não oficialmente dependente do Vaticano (o PPI) e de outra organização, de objetivo ideológico e cultural, com funções políticas indiretas, formalmente vinculada ao Vaticano (a *Azione Cattolica*). Apesar da resistência de alguns grupos mais identificados com o clericalismo intransigente,<sup>15</sup> a maioria das forças católicas aderiu às fileiras do novo partido – inclusive algumas mais inclinadas à esquerda. Mas a

---

<sup>14</sup> Segundo Candeloro (1982, p. 390), tratava-se de um programa econômico-social enfraquecido. As reivindicações democráticas ali apresentadas sob a influência de Sturzo e outros fundadores do partido, propostas no âmbito da política constitucional, não eram suficientes para definir o PPI como uma força inovadora e progressista.

<sup>15</sup> Traniello exemplifica: “o grau de identificação e de fidelidade ao partido por sua base católica era, em muitas áreas do país, relativa; o apoio mais amplo e convicto dado ao partido por ramos específicos do associacionismo, como a Juventude Católica, e a consequente transferência de seus quadros dirigentes à atividade política e administrativa do partido, suscitavam preocupações, senão hostilidades, de uma parte consistente da hierarquia eclesiástica; em geral o aval da Igreja ao partido era sujeito a muitas condições vinculantes e, em sua substância, um tanto inseguras” (TRANIELLO, 2007, p. 228).

tendência centrista, norteadas por Luigi Sturzo, tomou conta das diretrizes do PPI, sendo ratificadas no primeiro congresso do partido nas datas de 14 a 16 de junho de 1919, na cidade de Bologna (cf. CANDELORO, 1982, p. 391-400).

Até o final de 1919, os *popolari* assumiriam posição expressiva no cenário político italiano. Logo após o fim do congresso do PPI, em 23 de junho, formou-se o ministério de Francesco Nitti, em que dois ministérios são assumidos por membros do PPI. Aumentaram também as hostilidades entre os socialistas (especialmente por influência das posições anticlericais dos chamados maximalistas) e os *bianchi*, devido à relação destes grupos com os movimentos sindicais e a agitação operária daquele ano. Mas o notável desenvolvimento dos *popolari* se materializou especialmente nas eleições gerais de 16 de novembro de 1919, fato que pode ser relacionado ao apoio não oficial do Vaticano e à grande adesão católica ao partido, e que também foi beneficiado pela introdução da proporcionalidade naquele pleito, permitindo a conquista de 100 cadeiras. Com os socialistas elegendo 156 deputados, e as diferentes tendências liberais (ou constitucionais) reunindo outras 252 vagas, os *popolari* se estabeleciam como partido de massas e tornavam-se um elemento indispensável para a formação de uma maioria de governo (IBID., p. 404-405).<sup>16</sup>

Entre 29 e 31 de março de 1920 ocorreu em Pisa o primeiro congresso da CIL, e entre 8 e 11 de abril o segundo congresso do PPI em Napoli, reunião que delibera pela manutenção das orientações centristas do partido. Antes disso, no dia 28 de março daquele ano, o jovem Mariátegui conclui um artigo no qual teceu mais precisamente suas impressões sobre o partido liderado por Sturzo, *El Partido Popular Italiano*.<sup>17</sup> Reconhecendo o impacto eleitoral do PPI, Mariátegui enxergava os *popolari* como o mais vigoroso e influente

---

<sup>16</sup> Era claro para Nitti e os liberais a necessidade de manter os *popolari* na base de governo, a despeito das também crescentes diferenças entre Nitti e o PPI. Como forma de manter sólida esta base, Nitti assumiu o compromisso de introduzir discussões como a reforma tributária, o problema agrário e o da representação operária e da reforma do Conselho superior do trabalho, pontos bastante próximos aqueles reivindicados pelos *popolari* (CANDELORO, 1982, p. 408).

<sup>17</sup> Publicado em *El Tiempo*, Lima, 15 de setembro de 1920. Vale notar que a conclusão deste texto (28 de março de 1920) é anterior à conclusão do artigo “Las fuerzas socialistas italianas” (abril de 1920), não obstante a publicação de ambos não seguir a mesma ordem temporal (o segundo artigo foi publicado em 28 de julho de 1920). Não há informações sobre o dia específico em que este segundo texto foi concluído.

agrupamento político depois do PSI, representando um papel decisivo na política italiana. Destacava, introdutoriamente, o modo como os católicos atuavam politicamente antes da fundação do partido, ao lado de liberais moderados, neutralizando o anticlericalismo dos extremistas e o predomínio dos maçons. Os *popolari* eram, para o jornalista peruano, a expressão inédita dos católicos como um partido autônomo (MARIÁTEGUI, 1991, p. 62).

Mariátegui também dedicou especial atenção à figura de Sturzo, aquele que seria, mais do que um coordenador, o construtor do partido: “a fundação do Partido Popular tem sido preparada por ele pouco a pouco. E tem sido preparada com tal acerto, que se pode dizer que a ele, essencialmente a ele, deve o Partido Popular sua posição e suas autoridade atuais” (IBID., p. 62). Sendo um homem que, segundo Mariátegui, preocupou-se em construir um apoio sobre sólida base popular (fruto de sua dedicação à organização sindical dos trabalhadores católicos, baseado em um programa “socialista cristão”) antes de dirigir-se à burguesia católica e de proceder à constituição do partido católico, Sturzo era visto pelo autor peruano como um tipo admirável de organizador, inteligente e completo:

“Depois de ter sido criador, continua a ser tudo para o Partido Popular: o líder, o apóstolo, o caudilho. Não aceitou ingressar na Câmara. Porém, desde seu posto de Secretário Político, dirige a macha da agremiação em seus menores detalhes. É original a figura deste pequeno cura, nervoso, ativo e meridional, tão prático e idealista, tão flexível e firme ao mesmo tempo. Se trata, segundo parece, de um homem de extraordinária faculdade de captação e de uma faculdade de adaptação ainda mais extraordinária” (IBID., p. 63).

A despeito de reconhecer que o trabalho de Sturzo fora realizado em proximidade com os interesses do Vaticano, Mariátegui não deixava de observar no trabalho do líder católico a aplicação de uma marca pessoal. “A meta”, dizia Mariátegui, “tem sido assinalada talvez pelo Vaticano; o caminho tem sido assinalado sempre por Dom Sturzo” (IBID., p. 63). E a descrição do modo de trabalho de Sturzo naqueles anos tornava claro para Mariátegui a atualidade e o sentido profundamente oportunista daquele partido: caso os *popolari* se fundassem em um espírito estritamente burguês e conservador, seu

fracasso seria irremediável; derrocada esta que poderia ser esperada da mesma forma se afirmassem a si mesmos como paladinos das reivindicações vaticanas. Pelo contrário, o PPI acertadamente não declarou aspirações confessionais, e defendeu uma série de demandas econômicas congruentes, afirmava Mariátegui, com as orientações e interesses do proletariado e particularmente dos trabalhadores do campo. Seria o exemplo mais evidente da hábil percepção que Sturzo tinha da realidade política da Itália e da realidade social do mundo (IBID., p. 63).

As afirmações de Mariátegui conduzem sua reflexão para a esfera do equilíbrio de forças que os *popolari* são obrigados a lidar, envolvendo três polos: o Vaticano, os liberais e os socialistas. As pretensões pontifícias, não obstante as atitudes mais moderadas do Vaticano diante da conjuntura política nacional, ainda se prendiam, dizia Mariátegui, ao desejo de restabelecimento de seu poder temporal; os liberais não apenas desejavam manter a estabilidade de seu poder como também esperavam de sua aliança com os *popolari* uma importante via de enfrentamento às investidas socialistas, sem contudo abrir mão de princípios basilares como a neutralidade religiosa do Estado e a oposição à “liberdade de ensino” (religioso); os socialistas, sem forjar relações políticas com os *popolari*, posicionavam-se como adversários políticos diretos na disputa dos trabalhadores italianos, base popular que em grande medida constituía a força do PPI. A defesa de um programa mínimo, apontando demandas tanto de fundo institucional católico quanto econômicos e sociais, era um importante caminho que Mariátegui enxergava na atuação dos *popolari*. Nisto se enquadrava a ação de Dom Sturzo de conciliar com os interesses do Vaticano a necessidade de o PPI se orientar de modo afirmativo e colaboracionista (e não de modo negativo e abstencionista). Também tinha em consideração a exigência dos *popolari* de garantia da “liberdade de ensino”<sup>18</sup> e que a neutralidade religiosa do Estado implicasse também uma neutralidade frente a demandas secularizantes – tais como a aprovação do divórcio civil reclamada pelos socialistas. É possível denotar – e Mariátegui não fez diferente – que certas demandas seculares eram caras tanto a socialistas quanto às facções liberais

---

<sup>18</sup> Sobre isto, Mariátegui observava: “Creem, os católicos, que é na escola onde hão de lutar a batalha definitiva. E que é na escola onde hão de tentar a conquista política da Itália” (MARIÁTEGUI, 1991, p. 64-65).

mais extremistas. O conflito que isto gerava com as reivindicações católicas não deixava de impor certas tensões entre os grupos governantes e os *popolari*. Sem a coalização entre liberais e o PPI, porém, a Itália se tornava ingovernável para os liberais e fragilmente sujeita à investida socialista.

Mariátegui considerava este último ponto o lugar que estabelecia o papel decisivo do PPI na política italiana. Mas não apenas era a chave para a governança: era também um estágio decisivo para o próprio PPI em relação à manutenção de suas bases populares:

“o Partido Popular extrai suas forças do proletariado. Daquela parte do proletariado atraída pela bandeira do socialismo cristão. Pois bem. Se o Partido Popular não consegue que o governo desenvolva uma política de acordo com seus princípios programáticos, se pelo contrário, se solidariza com uma política de repressão, perderá a confiança de suas massas proletárias. Os socialistas não desperdiçam, por isto, a ocasião de colocar os populares entre os interesses da burguesia e os interesses do proletariado para empurrá-los a uma renúncia. Sabem perfeitamente qual seria o efeito de duas ou três renúncias sobre a multidão de eleitores” (IBID., p. 66).

O que leva Mariátegui a uma conclusão aparentemente cética a respeito da continuidade do PPI. O logro de Dom Sturzo – o de constituir um partido de aristocratas, burgueses, sacerdotes (curas) e trabalhadores, reunidos sob o laço de uma espiritualidade cristã – conformava um partido que podia ser comparado a uma árvore (uma referência que Mariátegui dizia tomar de empréstimo do deputado socialista Claudio Treves): sua copa seria a aristocracia; suas raízes se alimentariam do húmus proletário. Enquanto este não lhe faltasse, o partido viveria; do contrário, a árvore secaria: “E nestes tempos de luta de classes, nada mais difícil de conservar mancomunados e solidários os católicos de cima com os católicos de baixo. Ainda que isto se dê por meio de um Sturzo, eclético, sagaz e persuasivo” (IBID., p. 66). O problema da influência católica sobre os trabalhadores era colocado, assim, num horizonte de contradições e mudanças a longo prazo. Mariátegui, neste momento, enxergava dificuldades para que esta colaboração de classe norteadas pelo sentimento católico no interior do PPI fosse realmente perene. O avanço da luta de classe poderia colocar esta relação em xeque.

A questão do operariado católico era colocada nestes termos pelo amauta. Mas os socialistas italianos também travavam esta discussão, a exemplo de Gramsci. Em 20 de março de 1920 (pouco antes de Mariátegui concluir o artigo comentado acima), Gramsci publicou uma nota não intitulada em *L'Ordine Nuovo* em que polemizou com um representante maximalista – não identificado no texto – crítico à iniciativa de diálogo com autoridades religiosas e de estes serem tratados como outros trabalhadores (caso exercessem um “trabalho útil à sociedade”). Sua preocupação reside principalmente no diálogo com as alas *popolari* mais inclinadas à esquerda:

“Será necessário extirpar do solo italiano os operários e camponeses que politicamente seguem a bandeira do Partido Popular em sua ala esquerda? Os operários comunistas, não contentes de dever lutar contra o esfacelamento econômico que o capitalismo deixará de herança ao Estado operário; não contente de dever lutar contra a reação burguesa; deverão também suscitar na Itália uma guerra religiosa ao lado de uma guerra civil? (...) O Partido Socialista, como partido da maioria da classe trabalhadora, como partido de governo do futuro Estado operário italiano, deverá ter uma “opinião” a propósito e deverá divulgá-la entre as massas proletárias que seguem politicamente os clericais. Na Itália, em Roma, há o Vaticano, há o Papa: o Estado liberal precisou encontrar um sistema de equilíbrio com o poder espiritual da Igreja. O Estado operário deverá, de semelhante modo, encontrar um sistema de equilíbrio” (GRAMSCI, 1975, p. 475-476).

Gramsci, neste sentido, se contrapunha a uma tendência anticlerical bastante representativa no conjunto dos socialistas. Mas evitemos uma interpretação equivocada que coloque Gramsci como um conciliador diante da instituição católica. Longe disto, a preocupação do marxista sardo dizia respeito ao enfrentamento da hegemonia da Igreja sobre o mundo camponês e, por outro lado, à desarticulação da relação entre a Igreja e o Estado liberal, conseqüentemente superando a contraposição entre catolicismo e socialismo de modo a favorecer a penetração das ideias socialistas no mundo católico popular. Gramsci entendia que, para desagregar a base popular da Igreja, o abandono da luta anticlerical como estratégia política era uma condição indispensável para o PSI (não nos esqueçamos que Gramsci só romperia com os socialistas em 1921). Segundo La Rocca (1991, p. 48), Gramsci se posicionava pela solução de *classe*, ou seja, pela aliança com as classes proletárias (operários e camponeses) que



militavam em outros partidos, e jamais pela unidade com os partidos que gerenciavam setores de base proletária, especialmente por estar convencido de que a aliança com os partidos burgueses retardaria notavelmente o desenvolvimento do processo revolucionário.

Os artigos posteriores de José Carlos Mariátegui em que se fariam presentes as análises do PPI diriam respeito fundamentalmente às condições da política italiana e dos processos eleitorais ocorridos naqueles anos iniciais da década de 1920. Também haveria um artigo voltado à polêmica do divórcio – defendido pelos socialistas, rechaçado pelos católicos, e com possibilidade de graves repercussões políticas para os liberais.<sup>19</sup> Mariátegui previa uma dificuldade cada vez maior para a consolidação de uma aliança de governo estável sob a tutela dos grupos constitucionais. Estes, com suas diferentes tendências em bloco, contavam com a possibilidade de apoio dos católicos – não obstante Mariátegui enxergasse um embaraço neste apoio, especialmente a partir de Giolitti, que via nas novas eleições convocadas para 15 de maio de 1921 a possibilidade de ver as forças liberais crescerem no parlamento. Mariátegui também vislumbrava o ascenso de setores extremistas entre os socialistas e os nacionalistas. Seu ingresso na arena eleitoral poderia dificultar ainda mais a formação de uma coalizção.<sup>20</sup> Os resultados eleitorais, comentados posteriormente por Mariátegui, surpreenderiam tanto governistas quanto opositoristas, “os primeiros por excesso de otimismo e os segundos, por excesso de pessimismo” (MARIÁTEGUI, 1991, p. 153).<sup>21</sup> A redução mínima do número de deputados socialistas e o aumento do contingente *popolare* na Câmara praticamente mantinha estanque a conformação do parlamento. Mais que isso: com um

---

<sup>19</sup> “El divorcio en Italia”. Concluído em Florença, 30 de junho de 1920. Publicado em *El Tiempo*, Lima, 10 de outubro de 1920. Neste artigo relativamente descontraído, Mariátegui se posiciona sobre o assunto: “Sou partidário do divórcio, mais do que por altas razões filosóficas, por uma simples razão acessória. Porque noto que seus mais encarniçados inimigos são as mulheres. E, claro, deduzo que se às mulheres não convêm que exista o divórcio, é porque a nós, homens, talvez convenha. (...) Desenganemonos, com divórcio ou sem divórcio, a humanidade continuará sendo tão desventurada como agora” (MARIÁTEGUI, 1991, p. 218-219).

<sup>20</sup> cf. “Visperas de elecciones”. Concluído em Roma, março de 1921. Publicado em *El Tiempo*, Lima, 15 de junho de 1921 (MARIÁTEGUI, 1991, p. 133-136).

<sup>21</sup> “Como esta compuesta la nueva Camara”. Concluído em Roma, maio de 1921. Publicado em *El Tiempo*, Lima, 24 de julho de 1921.

número maior (passaram de 100 a 108), os católicos poderiam ampliar suas exigências na possibilidade de colaboração com os governistas. Por sua vez, as tendências de extrema direita também haviam crescido entre os deputados constitucionais, com a participação dos fascistas (que elegeram 35 deputados na ocasião). Na tentativa de fortalecer o governo, as eleições acabaram por implicar sua derrota.

A crise do governo permanecia com os *popolari* tensionando o ministério de Giolitti a respeito dos caminhos para a realização de uma reforma da burocracia estatal, alvo de uma greve de funcionários públicos. Para evitar uma batalha aberta com os católicos, Giolitti se demite e, em seguida, forma-se o ministério liderado por Ivanoè Bonomi (4 de julho de 1921), com três ministros do PPI e a iniciativa *popolare* de cada vez mais consolidar sua influência no poder do país. Também naquele momento cresce o terrorismo fascista, que passa a atingir as organizações sindicais sob cuidado dos *bianchi*, ao mesmo tempo em que Benito Mussolini, então deputado fascista, discursava no parlamento que o catolicismo era a representação da tradição latina e imperial de Roma:<sup>22</sup> era a tentativa dos fascistas de se apresentarem como defensores do catolicismo e patrocinadores de uma conciliação e de uma colaboração com o Vaticano. Se por enquanto a iniciativa fascista representava, como afirma Candeloro (1982, p. 429) apenas uma estratégia de ação antissocialista (buscando agregar diferentes setores simpáticos às bandeiras reacionárias), por sua vez permitia uma delineação inicial de uma aliança entre o fascismo, de um lado, e o Vaticano e a ala conservadora do movimento católico por outro – o que certamente impactaria o relacionamento entre a hierarquia católica e os *popolari* e sua direção centrista.

As declarações de Mussolini não passaram despercebidas por Mariátegui:

“É sintomático que o líder do “fascismo”, Benito Mussolini, político de insuspeitável filiação livre-pensante, tenha sustentado em seu recente discurso-programa no Parlamento a conveniência de solucionar a questão com o Vaticano. Mussolini tem se fundado, naturalmente, em razões nacionalistas. Tem dito que a Igreja Católica é, no mundo, um grande agente de italianidade. Porém, no fundo, as palavras do líder “fascista” constituem uma homenagem à força do Partido Popular. O

---

<sup>22</sup> Discurso proferido em 21 de junho de 1921. Ver Candeloro (1982, p. 428).

“fascismo” manobra para atrair os populares à direita. Para evitar que se acentue sua inclinação a uma colaboração com os socialistas” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 794).<sup>23</sup>

A fala de Mussolini corroborava as mudanças que o cenário político italiano havia sofrido desde o estabelecimento da unidade nacional italiana. O liberalismo já não se afirmava do modo intransigente que marcou sua atuação e seu espírito anticlerical no contexto do *Risorgimento*. A hegemonia liberal já não era mais ponto pacífico diante do crescimento das outras duas grandes forças políticas, o Partido Socialista e o Partido Popular. Seu programa já não se subordina à tradição anticlerical pela necessidade de se adequar aos novos tempos da política na Itália. E o catolicismo italiano, com sua crescente influência e seu papel decisivo na governabilidade do país, poderia permitir o início de um diálogo de conciliação entre a monarquia e o Vaticano: “O Papado não pretende já o restabelecimento de seu fenecido poder temporal. Parece que se conformaria com o reconhecimento de sua soberania territorial nos palácios papais. Reconhecimento que, evidentemente, a monarquia não julgaria comprometedor acordá-lo” (IBID., p. 793).

Nos textos italianos de Mariátegui os católicos são citados com destaque, pela última vez, no artigo que relata uma séria crise governamental no mês de fevereiro de 1922. Nos primeiros dias daquele ano a violência fascista se intensificava. Em 18 de janeiro, terceiro aniversário do PPI, Sturzo acusou Giovanni Giolitti de incorporar os fascistas ao Estado italiano, oferecendo-lhes parte do organismo estatal e tornando-se “prisoneiro” do fascismo.<sup>24</sup> Contudo, Sturzo não fez observações sobre que ações adotar frente ao fascismo, tampouco sobre possíveis diálogos com outras forças políticas para uma luta em defesa da democracia: a hostilidade ao velho Estado liberal-democrático e ao giolittismo parecia dominar o ânimo político do líder do PPI sem abertura para outras considerações (CANDELORO, 1982, p. 435). Em seguida, a crise: com a demissão do então primeiro-ministro Bonomi, o PPI se posicionou contundentemente contra nova nomeação de Giovanni Giolitti (o que ficou conhecido como o

---

<sup>23</sup> “El Vaticano y el Quirinal”. Concluído em Roma, 30 de junho de 1921. Publicado em *El Tiempo*, Lima, 30 de agosto de 1921.

<sup>24</sup> Discurso intitulado *Crisi e rinnovamento dello Stato* (apud CANDELORO, 1982, p. 434).

“veto de Dom Sturzo”). Ocorreram diversas tentativas de formação de novas coalizões a serem lideradas por políticos como Enrico De Nicola, Vittorio Emanuele Orlando, e até a proposta de um possível retorno de Bonomi. Mas a crise se encerrou somente com a constituição do gabinete de Luigi Facta – situação esta que foi aceita pelo PPI, mas com a relutância de Sturzo.

Em seu artigo,<sup>25</sup> Mariátegui relata os caminhos desta última crise esclarecendo as forças principais do parlamento: socialistas, *popolari* e constitucionais, pontuando a ausência de coesão deste último em relação aos outros. Também pontua a inclinação de setor expressivo do grupo socialista ao colaboracionismo – possibilidade que se tornava mais palpável após a ruptura da fração comunista no congresso de Livorno do ano anterior. E, fundamentalmente, explica a dificuldade de conformação do novo gabinete a partir da pressão dos *popolari*, em especial na sua disputa de influência contra Giolitti. A solução alcançada pela instalação do ministério Facta representava, segundo Mariátegui, um governo giolittiano sem Giolitti: “os católicos, satisfeitos de impedir que Giolitti governe pessoalmente, não tiveram como inconveniente aceitar que governe por meio de um apoderado” (MARIÁTEGUI, 1991, p. 200).

Apesar do claro poder de negociação do PPI e de sua influência na política, os tempos vindouros trariam tensões à continuidade do projeto idealizado por Dom Sturzo. Se uma aproximação entre o Vaticano (no papado de Benedetto XV) e os fascistas já se colocava no horizonte político italiano antes de 1922, a morte deste e a eleição de Pio XI para o cargo, em paralelo à crise que se desenrolava no parlamento em fevereiro, aceleraria este processo. No período em que o parlamento foi presidido por Facta (25 de fevereiro a 8 de outubro de 1922), enquanto se intensificavam as ações fascistas, realizaram-se discussões sobre possíveis colaborações entre *popolari* e socialistas, mas sem alcance de resultados. Internamente, o PPI começava a sentir cada vez mais forte o peso da ala conservadora enquanto buscava, oficialmente, uma aproximação aos socialistas de direita, abertos a uma possível colaboração com o governo. Tais tentativas, porém, foram fracassadas, e os *popolari* permaneceram reclusos à

---

<sup>25</sup> “La ultima crisis italiana: crisis de gobierno y crisis de camara”. Concluído em Roma, 24 de fevereiro de 1922. Publicado em *El Tiempo*, Lima, 13 de abril de 1922.

possibilidade de uma ação comum com os socialistas em prol de uma aliança antifascista. A tendência antissocialista no interior do partido se reforçava em episódios como o da mensagem enviada por diversos senadores do PPI a Dom Sturzo em 18 de setembro de 1922, na qual reproduziam a profunda hostilidade aos socialistas declarada por diversos dirigentes católicos, como também exigiam uma "purificação" do partido a partir do questionamento dos quadros favoráveis à colaboração com os socialistas: mais do que sensíveis às orientações do Vaticano, suas intenções pareciam preparar o terreno para a colaboração dos *popolari* com os fascistas.

Às vésperas da Marcha sobre Roma (28 de outubro de 1922) o Vaticano orientou o clero a se manter em posição de neutralidade e de evitar tomar partido a favor dos *popolari* – na prática, uma advertência à direção do PPI para que não assumisse frente ao fascismo uma posição de intransigência. Em 31 de outubro, Mussolini assumiu o poder ministerial. Os *popolari* ingressaram no primeiro governo de Mussolini através da atuação de Alcide De Gasperi e Stefano Cavazzoni. Sturzo, apesar de contrário, cede à decisão. Nos anos seguintes o PPI seria definitivamente abandonado pela hierarquia católica. Pio XI dedicaria seus esforços à reformulação da *Azione Cattolica*. As manobras políticas do fascismo levariam à liquidação do PPI em 1926. Em 1929 o Vaticano e o regime fascista assinam a Concordata.

\* \* \*

Podemos concluir, a respeito das observações de Mariátegui sobre o partidarismo católico na Itália, que o socialista peruano promove um estudo concreto da atuação política dos *popolari* no parlamento, expressando um olhar admirado, clareza e objetividade política. Os católicos são fundamentalmente analisados, na maior parte dos artigos, no âmbito de seus ganhos e perdas políticas, num típico trabalho de crônica parlamentar que certamente remete à experiência do jovem jornalista peruano antes de seu exílio, quando protagonizava a coluna *Voces*. Além disso, praticamente não existem críticas ou sequer opiniões sobre a Igreja, os católicos e os princípios políticos e morais que os moviam. Na discussão sobre a secularização do divórcio é possível observar

um posicionamento mais afirmativo de Mariátegui sobre um assunto de polêmica religiosa, mas mesmo neste caso a defesa do divórcio pelo Amauta não diz respeito à pertinência ou não do argumento, e sim a uma irônica questão de conveniência.

Contudo, cabe observar que a introdução da noção de “luta de classes” no argumento de Mariátegui aparentemente permite extrair uma leitura da realidade com pretensos fundamentos socialistas e marxistas. Como notamos, Mariátegui acreditava que as diferenças de classe no interior do PPI implicariam uma dificuldade real para a manutenção da unidade do partido. Relatou inclusive os interesses dos socialistas de colocar os *popolari* em xeque na denúncia de seu apoio à repressão governamental contra os trabalhadores. Observando com certo respeito o que chamava de doutrina “socialista cristã” a mover a atuação política geral dos *popolari*, Mariátegui parecia, porém, acreditar, naquele artigo concluído em março de 1920, em uma possibilidade concreta de o PPI perder o apoio das massas operárias sob sua tutela. Ironicamente, o que se viu foi um partido de fundo católico permanentemente unido, em paralelo a um agrupamento político socialista obrigado a viver uma quebra de seu quadro protagonizada pela dissidência comunista e tensões internas que expressariam, antes do ascenso do fascismo ao poder, a polêmica querela do colaboracionismo no interior das fileiras socialistas – ironia esta que, como procuramos demonstrar, não passou despercebida de Mariátegui nos artigos posteriores. As dificuldades do PPI, mais do que por fruto de tensões de classe protagonizadas pelos setores operários católicos, surgiram em grande medida a partir do fortalecimento das tendências conservadoras, sustentadas pela hierarquia eclesiástica, em gradativa aproximação com o fascismo.

### Referências bibliográficas

- ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In.: HOBBSAWN, E. (org). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8.
- BEIGEL, F. Una mirada sobre otra: el Gramsci que conoció Mariátegui. *Estudios de Sociologia*, v. 18-19, p. 23-49, 2005.

- BRUCKMANN, M. *Mi sangre en mis ideas: Dialéctica y prensa revolucionaria en José Carlos Mariátegui*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2009.
- CANDELORO, G. *Il movimento cattolico in Italia*. Roma: Riuniti, 1982.
- CHIAPPE, A.; LEVANO, C. La vida que me diste. *Caretas*, Lima, n. 39, 1969, p. 26.
- DUGGAN, C. *Historia de Italia*. Cambridge; New York: Cambridge University, 1996.
- GRAMSCI, A. *L'Ordine Nuovo: 1919-1920*. Torino: Einaudi, 1975. Disponível em: <http://www.nuovopci.it/classic/gramsci/notast.htm>. Acesso em dezembro de 2013.
- KLARÉN, P. P. As Origens dos Peru Moderno, 1880-1930. In.: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina (de 1870 a 1930)*. São Paulo; Brasília: USP; Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. V
- LA ROCCA, T. *Gramsci e la religione*. Brescia: Queriniana, 1991.
- MARIÁTEGUI, J. C. *El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy*. Lima: Empresa Editora Amauta, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Invitación a la vida heroica: antología*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Cartas de Italia*. Lima: Empresa Editora Amauta, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Mariátegui total*. Lima: Biblioteca Amauta, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PARIS, R. La formación ideológica de Mariátegui. In.: PODESTÁ, B. (org.). *Mariátegui en Italia*. Lima: Editora Amauta, 1981.
- PERICÁS, L. B. "Introdução: José Carlos Mariátegui e o marxismo". In.: MARIÁTEGUI, J. C. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. "José Carlos Mariátegui e as Origens dos Fascismo". In.: MARIÁTEGUI, J. C. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- POLLARD, J. *Catholicism in Modern Italy: Religion, Society and Politics since 1861*. London: Routledge, 2008.
- ROUILLON, G. *La creación heroica de José Carlos Mariátegui*. Lima: Arica, 1975. T. I [La Edad de Piedra (1894-1919)].
- TRANIELLO, F. *Religione cattolica e Stato nazionale: Dal Risorgimento al secondo dopoguerra*. Bologna: Il Mulino, 2007.